

“Os 7 pecados mortais do ambiente no concelho de Alenquer”

1. Ausência de uma estratégia municipal de desenvolvimento sustentável.

Promover o desenvolvimento no concelho de modo a não pôr em causa o bem estar das futuras gerações de alenquerenses, requer uma estratégia que possa conciliar o crescimento económico, a coesão social e a preservação dos ecossistemas e recursos naturais que lhe servem de base. Conciliando as actividades humanas com o ambiente, estamos a garantir a sustentabilidade e modernidade do modelo de desenvolvimento do nosso concelho. Como é evidente esta é uma estratégia que exige um diagnóstico profundo, um plano de acção com metas, e sobretudo uma continua avaliação e envolvimento de todos os munícipes e da suas organizações neste processo. Por incrível que pareça é precisamente este o grande obstáculo à elaboração de uma verdadeira estratégia municipal de desenvolvimento sustentável.



2. Desprezo dos mais elementares conceitos de ordenamento do território e protecção dos solos.

O desordenamento do território do nosso concelho atinge dimensões que o transformam num “caso de estudo” a nível nacional. A ocupação desregrada e descabida de solos para ter-se tornado um hábito. Os alenquerenses assistem impotentes ao crescimento de “coisas erradas” nos locais errados, mesmo que depois se admita que foi um erro terem sido autorizadas. Os melhores solos agrícolas do concelho (e mesmo do país e da europa!) situam-se numa zona onde se tem permitido a instalação de urbanizações, armazéns e indústrias. Sucedem-se as construções em leito de cheia e o encanamento de valas e ribeiras. A pressão para desanexar terrenos incluídos na Reserva Agrícola Nacional (RAN) é enorme e tem faltado ao poder político capacidade de resistir aos interesses económicos, até porque o orçamento municipal está em muito dependente de licenciamentos e sisas... A este respeito saliente-se a coragem da recente posição da Câmara de Torres Vedras de não licenciar qualquer nova habitação em terrenos desanexados à RAN. Como era importante que fosse seguida em Alenquer.

3. Falta de uma verdadeira política de gestão dos resíduos.

O concelho de Alenquer é o 3º maior produtor de resíduos da região Oeste só ultrapassado por Torres Vedras e Caldas da Rainha. Até ao momento pouco ou nada se vê para educar e sensibilizar a população e as empresas para a necessidade de redução e correcta separação dos resíduos produzidos. A verdade é que um tratamento adequados dos materiais que todos deitamos fora é caro e ninguém parece interessado em pagar esse preço. Apostámos num sistema intermunicipal e uma gestão prepotente e incompetente só conseguiu agravar os problemas existentes. Mesmo no que respeita aos resíduos industriais, não existe um controle adequado e entretanto vão proliferando pelos nossos campos os depósitos e aterros ilegais.

4. Falta de controle e fiscalização da actividade das pedreiras e da construção civil.

Esta é uma situação que quase não precisa de justificação. Basta ver a forma como decorrem as obras de construção civil, sem respeito pelas normas de segurança, vedação, serventias aos peões, cumprimento da lei do ruído, e muitas vezes sem a afixação do edital obrigatório. Quanto às pedreiras, a nova legislação aumenta as responsabilidades da câmara municipal em matéria de fiscalização, mas continuamos a assistir ao incumprimento dos planos de exploração e recuperação previstos e das medidas minimizadoras propostas nos estudos de impacte ambiental. Áreas naturais da maior importância como a Serra e Canhão cársico de Ota ou o Cabeço de Meca tem sofrido uma verdadeira acção predadora por parte das actividades de extracção de inertes.

5. Ausência de estudo, protecção e valorização dos ecossistemas, e património natural do concelho.

O nosso concelho tem um dos mais ricos patrimónios naturais da região. Da Serra de Montejunto até à bacia do Tejo, passando pelo canhão cársico de Ota, charneca de Ota e Paul do Alvarinho, um corredor de enorme importância em termos de conservação de ecossistemas está por estudar e requer medidas urgentes para a sua preservação. Trata-se de uma zona de enorme importância em termos de fauna, flora, geomorfologia e hidrologia. Esta área tem visto reconhecida a sua importância ao nível regional, nacional e mesmo europeu. Integram as áreas naturais classificadas do PROT-AML, e a Serra do Montejunto foi classificada Paisagem Protegida e sítio da Rede Natura 2000. No entanto a Paisagem Protegida, com gestão repartida pelas autarquias do Cadaval Alenquer e pelo ICN, foi classificada há 4 anos e continua sem os imprescindíveis planos de gestão e ordenamento. Também os órgãos directivos e consultivos da Paisagem Protegida da Serra do Montejunto continuam sem posse formal. As nascentes de Ota e Alenquer abastecem 60% do famoso Aqueduto do Alviela e a água será um bem precioso dentro de 30 anos. Este é o nosso petróleo.

6. Pouca importância da área do ambiente na orgânica, política e orçamento municipal.

O pelouro do ambiente sempre foi considerado um pelouro menor, atribuído ao último vereador da lista vencedora e só no corrente mandato teve um vereador a tempo inteiro. Era entendido como um pelouro decorativo, em que se faziam uma festas com as escolas nos dias da árvore e do ambiente e pouco mais. Não existe qualquer sector ou divisão de ambiente e a dimensão dos sucessivos orçamentos municipais, mesmo com as responsabilidades da Serra de Montejunto, reflecte a importância que é dada ao ambiente. As transferências de competências para as autarquias têm vindo a aumentar nesta área, e a resposta não tem sido a mais adequada possivelmente por falta de sensibilidade e percepção do que realmente está em causa. O ambiente não pode ser entendido como travão ao desenvolvimento, mas como garantia da sustentabilidade deste. Era por isso da maior importância que na distribuição de pelouros, o ambiente estivesse ligado ao ordenamento do território, como aliás acontece na equipa governamental. O urbanismo tem de estar dependente da política de ordenamento do território e este subjacente à preservação da qualidade ambiental. No nosso concelho parece que esta hierarquia está invertida.

7. Crescimento de áreas urbanas de dimensão considerável sem planeamento e preocupação com a qualidade de vida dos seus habitantes.

Fazer crescer rapidamente cidades de subúrbio como o Carregado, é fácil e dá milhões. Basta ter um nó de auto estrada e libertar terrenos para construção. Fazer com que os milhares de habitantes depois lá consigam viver com alguma dignidade, já é difícil e custa muito dinheiro. Os grandes aglomerados devem obedecer a planos de urbanização e pormenor, e sobretudo a uma estratégia de desenvolvimento que considere o bem estar humano como ponto fundamental. Há que prever sistemas de transportes (ou mobilidade...), saúde, ensino, desporto, recreio, cultura. O mais fácil parece ser lotear, mas não se constroem cidades com operações de loteamento. Constroem-se apenas meras urbanizações. Requalificar e remediar os erros, é uma missão quase impossível quando a desordem, falta de controlo e cedências a interesses atingem enormes proporções. Os espaços verdes não pagam sisa e têm grandes custos de manutenção.